

---

*GESTÃO DEMOCRÁTICA DAS ESCOLAS – CONQUISTA DE ABRIL***INQUÉRITO COM MILHARES DE RESPOSTAS CONFIRMA QUE OS PROFESSORES DEFENDEM DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR**

O regime de gestão escolar não é meramente técnico nem pedagogicamente neutro. A forma como a escola está organizada tem, desde logo, uma dimensão política – o modo de vida democrático aprende-se com experiências democráticas. Para além desta dimensão política e pedagógica, a gestão escolar influencia, ainda, as relações de trabalho e o clima de escola.

Como a FENPROF há muito vem afirmando, o atual modelo de gestão tem agravado as condições de trabalho na escola pública, constituindo hoje um fator favorecedor da erosão da vida democrática das escolas e do desgaste pessoal e profissional dos docentes, ao concentrar poderes num órgão de gestão unipessoal, ao abandonar práticas democráticas colegiais, ao praticamente acabar com os processos eleitorais e ao limitar a participação dos professores nas decisões pedagógicas e de política educativa.

No estudo encomendado pela FENPROF à Universidade Nova de Lisboa, em 2018, sobre o Desgaste da Profissão Docente, a par de outros fatores (idade dos professores, burocracia, indisciplina...), o modelo de gestão é apontado como uma das causas dos elevados índices de cansaço e exaustão emocional. Os autores do estudo sublinham que as causas do mal-estar docente não são individuais, são problemas de organização do trabalho, pelo que se impõe alterar o modelo de governação da escola.

Nos últimos 17 anos, foram muitos os momentos em que a FENPROF procurou colocar na agenda política a necessidade de uma alteração legislativa nesta área. Defendendo o estabelecimento de uma matriz que consagre grandes linhas de força para a organização escolar com margens de liberdade significativas, que possibilitem a implementação das soluções mais ajustadas ao exercício da autonomia legítima que cabe às escolas, a FENPROF considera urgente a alteração do atual regime de autonomia e gestão das escolas.

O anúncio de que, no decurso deste ano letivo, o governo irá proceder à alteração do atual regime poderia ser uma boa notícia, não fora o caminho apontado no programa do governo para essa revisão. A FENPROF recusa qualquer caminho que leve à criação da carreira do Diretor (a gestão da escola é uma função e não uma profissão); que transfira a gestão de recursos humanos, designadamente os professores, para as escolas ou para as autarquias; que introduza no processo de recrutamento dos docentes critérios como o local de residência e a avaliação do desempenho; que desresponsabilize o Estado central pelo financiamento da educação pública; que prossiga com a municipalização da educação.

Considerando fundamental, no contexto desta revisão, tornar clara a posição dos professores sobre o que defendem que seja mudado no atual regime e o que recusam que lhes seja imposto, a FENPROF realizou uma consulta, em que participaram 7168 professores, de norte a sul do país.

Estas 7168 respostas (recolhidas até 3 de fevereiro de 2025) abrangem professores de centenas de agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, dos 18 distritos do continente. Importa a este respeito

lembrar que nas regiões autónomas ainda existe um modelo de gestão democrática – outras das grandes contradições que os partidos que assumiram a governação do país nunca foram capazes de explicar...

## RESPOSTAS AO INQUÉRITO

As respostas a este inquérito não deixam dúvidas quanto ao grau de identificação dos professores com os princípios que enformam as propostas da FENPROF para a organização do sistema educativo e das escolas, que vão da matriz de direção e gestão da escola [assente na elegibilidade dos órgãos, na colegialidade do seu funcionamento e na participação da comunidade escolar na tomada de decisão], à rede escolar e a perspectivas de autonomia e descentralização. Sem prejuízo da análise das respostas a todas as perguntas, destacamos as questões em que a percentagem de resposta é esmagadora (acima de 80% dos 7168 professores participantes neste inquérito).

### Sobre o regime de autonomia e gestão das escolas, para...

|     |  |
|-----|--|
| 93% | O órgão de gestão deve ser colegial (equipa eleita por lista).   |
| 93% | O órgão de gestão deve ser eleito por todos os professores/educadores, funcionários e representantes dos encarregados de educação e alunos.                                |
| 95% | Os coordenadores dos departamentos devem ser escolhidos por eleição de todos os que fazem parte de cada departamento.  |
| 87% | Os coordenadores dos diretores de turma devem ser escolhidos por eleição de entre os docentes que são diretores de turma.  |
| 83% | A criação de (mega)agrupamentos teve como consequência a formação de unidades orgânicas desumanizadas e sem qualquer racionalidade pedagógica.                             |
| 90% | A descentralização da administração educativa deve ser feita pela transferência de competências para Conselhos Locais de Educação e pelo reforço da autonomia das escolas. |
| 82% | A autonomia das escolas deve assentar no reforço de poderes de decisão na área da direção e gestão pedagógicas.  |

### Sobre as intenções expressas no programa do governo...

|      |   |
|------|---|
| 86 % | Discordam do estabelecimento do estatuto de diretor de escola, que inclua um modelo especial de remuneração e de avaliação. |
|------|---|

Já com este inquérito a decorrer, foi tornado público um documento do Conselho das Escolas (CE), com recomendações ao Ministro da Educação, Ciência e Inovação, relativas à revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD) e ao modelo de Autonomia, Administração e Gestão das escolas. Algumas dessas recomendações, configurando o reforço das competências e autonomia do diretor, estão nos antípodas do que os professores defendem neste inquérito. Da resposta dada a perguntas correlacionadas, pode afirmar-se que, **sobre as recomendações do CE...**

|     |   |
|-----|---|
| 93% | Reprovam a manutenção de um órgão unipessoal (diretor), que possa escolher a sua equipa toda com elementos externos à escola. |
|-----|---|

|     |   |
|-----|---|
| 88% | Reprovam a possibilidade de recrutar diretamente uma percentagem do corpo docente                                       |
| 95% | Reprovam a designação direta dos cargos de liderança intermédia (coordenadores de departamento, subcoordenadores, etc.) |
| 93% | Reprovam a seleção do diretor através de concurso, e não de eleição   |

Este documento do Conselho das Escolas tem ainda outras recomendações inaceitáveis (avaliação de desempenho docente feita exclusivamente pelo diretor e pelo coordenador de departamento, por ele designado; a valorização dos cargos designados diretamente pelo diretor para a progressão na carreira) ou, no mínimo, discutíveis (o fim da intervenção do Conselho Geral na avaliação de desempenho do diretor ou a prorrogação dos mandatos de diretores que cessariam funções em 2025, sem eleições).

A FENPROF apresentará as conclusões desta consulta ao ministro da educação, exigindo que elas sejam tidas em conta no processo de revisão do atual regime de gestão. E lembrará, mais uma vez, a importância das recomendações do Painel de Alto Nível das Nações Unidas sobre a Profissão Docente, quando apelam aos governos para que garantam que os professores e as suas organizações são chamados a participar no diálogo social e na negociação coletiva, e que este quadro de colaboração é o principal meio para desenvolver políticas na área da educação, do ensino e da profissão docente. Também a UNESCO, a Unicef, a OIT e a IE, ao escolherem como lema para o Dia Mundial do Professor 2024 *Valorizar a voz dos professores*, vêm realçar o papel fulcral dos professores e do diálogo social com os seus sindicatos na elaboração das políticas educativas. Nunca é demais lembrar que um dos erros cometidos por sucessivas equipas ministeriais, a que não é alheia a atual crise de falta de professores, foi justamente a desvalorização do diálogo social e da negociação com os sindicatos representativos dos docentes – porque os sindicatos têm propostas para responder aos problemas, construídas com os professores, que são quem conhece a realidade no terreno e melhor pode avaliar as possíveis soluções. É tempo de os decisores políticos reconhecerem que devem ser a experiência e o saber dos professores a informar e a desenhar as políticas que os afetam.

Lisboa, 6 de fevereiro de 2025  
O Secretariado Nacional da FENPROF